



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **08**:

Uma nova era para a China

A China encerrou 2024 com dois feitos notáveis. O primeiro: o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu no ano passado os 5% que o governo tinha como meta, ligeiramente abaixo dos 5,2% de 2023. Trata-se de crescimento invejável para a maioria dos países, mas muito aquém daquele que o gigante asiático já produziu em um passado não tão distante.

Reproduzir tal façanha nos próximos anos, contudo, parece cada vez mais improvável. Oficialmente, o governo chinês ainda sonha com crescimento de 5% no futuro próximo, mas tal desempenho exigirá bem mais que os estímulos dados por Pequim e que garantiram o cumprimento da meta de crescimento em 2024.

Desafios como a queda dos preços das casas no obscuro mercado imobiliário chinês, desemprego acima de dois dígitos entre os mais jovens e consumo interno fraco são problemas estruturais com os quais Pequim vem tentando lidar com o gradualismo que lhe é característico.

Outro ponto de atenção é o encolhimento populacional, mesmo para um país com mais de 1 bilhão de habitantes. A China registrou declínio de população nos últimos três anos, indicativo de que os chineses, que contam com aparato muito reduzido de proteção social, têm optado por não ter filhos, ou seja, cai o número de trabalhadores e consumidores tão necessários a uma economia que precisará fortalecer cada vez mais a demanda interna.

Isto porque o segundo feito notável conquistado pela China no ano passado, o superávit comercial de quase US\$ 1 trilhão (mais de R\$ 6 trilhões), não apenas não deve se repetir, como certamente será utilizado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como mais um argumento para limitar as importações norte-americanas de produtos chineses.

A China sabe que precisa calibrar sua política econômica porque o modelo atual, em grande parte bem-sucedido até aqui, pode enfraquecer ainda mais seu mercado doméstico. Os Estados Unidos sabem que precisam diminuir seu déficit comercial gigantesco, pois ele elimina empregos bem remunerados para os norte-americanos, entre outros problemas.

Uma nova era se anuncia para a China. Ao Brasil, que sabiamente resistiu a aderir à Nova Rota da Seda e vem aumentando tarifas de importação sobre veículos elétricos chineses, será necessária ainda mais racionalidade. Do contrário, o País sairá chamuscado na guerra entre as duas potências econômicas globais.

(O Estado de S.Paulo, Opinião, "Uma nova era para a China", 19.01.2025.
Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/uma-nova-era-para-a-china/>. Adaptado)

01. Na análise que faz das relações comerciais entre China e Estados Unidos, o editorial pondera que o jogo de interesses econômicos entre eles

- (A) cria para o mundo um cenário de limitadas expectativas, o que decorre da previsão de aumento do PIB chinês, contrastando com a redução de importações e com o enfraquecimento dos mercados domésticos das duas potências.
- (B) retira o Brasil de negociações vantajosas, o que deve levar o país a aumentar as tarifas de importação sobre veículos elétricos chineses, medida indispensável para fazer frente às duas potências globais.
- (C) coloca o Brasil em uma situação delicada, o que justifica a sua necessidade de fortalecer a racionalidade nos negócios para que não seja prejudicado devido às dissensões entre as duas potências globais.
- (D) deixa o Brasil em posição estratégica, o que permitirá expectativa de aumento do PIB nacional e racionalidade nas definições de tarifas de importação de produtos oriundos das duas potências globais.
- (E) garante ao Brasil condições espetaculares de negociações, o que permitirá equilíbrio em sua participação em negociações internacionais, com o cumprimento da meta de crescimento, de forma a equiparar o país às duas potências globais.

02. Ao destacar os desafios econômicos para os próximos anos, o texto deixa claro que a China

- (A) vive um problema com o encolhimento populacional, que implica menos trabalhadores e menos consumo.
- (B) começou a sofrer com o desemprego da população, sendo os profissionais mais velhos os mais atingidos.
- (C) tende a conter com celeridade qualquer tipo de problema social, para continuar crescendo dentro da meta.
- (D) reconhece a importância de manter inalterados os estímulos destinados para a meta de crescimento.
- (E) tem considerado como aspectos irrelevantes o desemprego entre os mais jovens e o consumo interno fraco.

03. O termo destacado em “A **China** encerrou 2024 com dois feitos notáveis.” (1º parágrafo) é um hiperônimo do destacado em:

- (A) “Outro ponto de atenção é o **encolhimento** populacional...” (4º parágrafo)
- (B) “... exigirá bem mais que os estímulos dados por **Pequim**...” (2º parágrafo)
- (C) “Trata-se de crescimento invejável para a maioria dos **países**...” (1º parágrafo)
- (D) “A **China** registrou declínio de população nos últimos três anos...” (4º parágrafo)
- (E) “... pode enfraquecer ainda mais seu mercado **doméstico**.” (6º parágrafo)

04. A tipologia textual predominante no texto é a

- (A) expositiva, pois tem como objetivo a explicação dos impactos mundiais das medidas protetivas comerciais do Brasil.
- (B) injuntiva, pois tem como objetivo a interlocução direta com o leitor para que entenda o contexto da economia chinesa.
- (C) narrativa, pois tem como objetivo o relato pormenorizado das relações comerciais entre a China e os Estados Unidos.
- (D) descritiva, pois tem como objetivo a apresentação das características da conjuntura atual chinesa e os desafios que o país enfrenta.
- (E) argumentativa, pois tem como objetivo a análise da conjuntura econômica atual e sua relação com os Estados Unidos e o Brasil.

05. O termo destacado está empregado em linguagem denotativa na passagem:

- (A) “Oficialmente, o governo chinês ainda **sonha** com crescimento de 5% no futuro próximo...” (2º parágrafo)
- (B) “... como mais um argumento para limitar as importações norte-americanas de **produtos** chineses.” (5º parágrafo)
- (C) “A China sabe que precisa **calibrar** sua política econômica porque o modelo atual...” (6º parágrafo)
- (D) “... mas muito **aquém** daquele que o **gigante** asiático já produziu em um passado não tão distante.” (1º parágrafo)
- (E) “Do contrário, o País sairá **chamuscado** na guerra entre as duas potências econômicas globais.” (7º parágrafo)

06. Considere as seguintes passagens do texto:

- “... o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu no ano passado os 5% que o governo tinha como meta, **ligeiramente** abaixo dos 5,2% de 2023.” (1º parágrafo)
- “Trata-se de crescimento invejável para a maioria dos países, mas muito **aquém** daquele que o gigante asiático já produziu em um passado não tão distante.” (1º parágrafo)
- “Ao Brasil, que **sabidamente** resistiu a aderir à Nova Rota da Seda e vem aumentando tarifas de importação sobre veículos elétricos chineses...” (7º parágrafo)

Considerando-se o emprego dos termos destacados, as passagens permitem, correta e respectivamente, as seguintes interpretações:

- (A) o PIB da China, em 2024, foi semelhante ao de 2023; o crescimento da China foi ínfimo em um passado recente; o editorial questiona o posicionamento do Brasil quanto à Nova Rota da Seda.
- (B) o PIB da China, em 2024, superou um pouco o de 2023; o crescimento da China foi avassalador em um passado recente; o editorial contesta o posicionamento do Brasil quanto à Nova Rota da Seda.
- (C) o PIB da China, em 2024, foi bem maior que o de 2023; o crescimento da China foi expressivo em um passado recente; o editorial concorda com o posicionamento do Brasil quanto à Nova Rota da Seda.
- (D) o PIB da China, em 2024, foi menor do que o de 2023; o crescimento da China foi promissor em um passado recente; o editorial ratifica o posicionamento do Brasil quanto à Nova Rota da Seda.
- (E) o PIB da China, em 2024, foi bastante menor que o de 2023; o crescimento da China, em um passado recente, foi como o atual; o editorial rechaça o posicionamento do Brasil quanto à Nova Rota da Seda.

07. Considere as passagens a seguir:

- “... parece cada vez mais **improvável**.” (2º parágrafo)
- “... em grande parte **bem-sucedido** até aqui...” (6º parágrafo)

O antônimo de “improvável” e o sinônimo de “bem-sucedido” são, correta e respectivamente:

- (A) inverossímil e malogrado.
- (B) evidente e favorável.
- (C) possível e harmonioso.
- (D) comprovável e frustrado.
- (E) presuntivo e exitoso.

08. A progressão textual ocorre no texto, fundamentada na ideia de causa, em:

- (A) "... mesmo para um país com mais de 1 bilhão de habitantes." (4º parágrafo)
- (B) "... não apenas não deve se repetir, como certamente será utilizado..." (5º parágrafo)
- (C) "... porque o modelo atual [...] pode enfraquecer ainda mais seu mercado doméstico." (6º parágrafo)
- (D) "... mas muito aquém daquele que o gigante asiático já produziu..." (1º parágrafo)
- (E) "... como mais um argumento para limitar as importações norte-americanas..." (5º parágrafo)

Leia o trecho da crônica a seguir para responder às questões de 09 a 12:

Solidariedade africana

Se me perguntassem o que me despertou maior atenção no corrente verão de 2014, no que diz respeito ao nosso comportamento em sociedade, à parte o conflito Israel-Palestina na Faixa de Gaza e a proliferação do vírus do ebola na África Central, responderia que foram os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri. O número crescente de afro-americanos que morrem nas ruas dos Estados Unidos pela mão das autoridades policiais é assustador, porque embora esteja a acontecer a milhas de distância, diz respeito a todos nós, homens e mulheres e, em particular, a nós os negros.

Nenhum negro, em parte nenhuma do mundo, estará seguro enquanto não houver justiça e igualdade de tratamento entre os povos. Nenhum negro se sentirá seguro, porque o valor que é atribuído à nossa vida, independentemente do país ou continente a que chamemos de casa, vale menos do que uma bala. É difícil ser negro, e não apenas pelo racismo que nos vitima, mas acima de tudo porque nós, os negros, nos desrespeitamos e continuamos a perpetuar as políticas discriminatórias e racistas herdadas dos países que nos colonizaram. Isso explica, em boa parte, a falta de influência que as nações africanas detêm em organismos como as Nações Unidas. O que se passa nas ruas da América, desde a fundação daquela grande nação, é um ataque aos direitos humanos.

(Kalaf Epalanga, *Minha pátria é a língua portuguesa*, 2023)

09. Na abordagem que faz do tema, o cronista defende que

- (A) a indiferença em relação aos direitos humanos dos negros ainda se propaga em diversas partes do mundo.
- (B) o racismo é considerado problema de menor relevância quando comparado ao conflito na Faixa de Gaza.
- (C) a justiça e a igualdade de tratamento têm evitado políticas discriminatórias e racistas nas nações africanas.
- (D) a falta de solidariedade entre os povos se tem mostrado como um problema resolvido em vários países.
- (E) a segurança das pessoas negras nos Estados Unidos é uma questão ignorada pelas nações africanas.

10. Na passagem do 1º parágrafo do texto – Se me perguntassem o que me despertou maior atenção no corrente verão de 2014, (...) que foram os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri. – os dois blocos de informações apresentadas correspondem a

- (A) experiência pessoal seguida de informações hipotéticas.
- (B) situação hipotética seguida de informações factuais.
- (C) explicação subjetiva seguida de informações hipotéticas.
- (D) informação factual seguida de informações factuais.
- (E) situação hipotética seguida de outra situação hipotética.

11. Assinale a alternativa em que a frase atende à norma-padrão, considerando-se os aspectos de regência nominal, regência verbal, uso ou não do acento indicativo da crase e colocação pronominal.

- (A) Se as pessoas me perguntassem a que me referia, responder-lhes-ia que fazia menção a todos os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri, relacionados às mortes dos afro-americanos.
- (B) Se as pessoas me perguntassem o que me referia, responderia-lhes que fazia menção à todos os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri, relacionados as mortes dos afro-americanos.
- (C) Se as pessoas me perguntassem no que me referia, responderia-lhes que fazia menção a todos os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri, relacionados a mortes dos afro-americanos.
- (D) Se as pessoas me perguntassem do que me referia, lhes responderia que fazia menção a todos os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri, relacionados à mortes dos afro-americanos.
- (E) Se as pessoas me perguntassem o que me referia, responder-lhes-ia que fazia menção à todos os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri, relacionados à mortes dos afro-americanos.

12. A concordância nominal e a concordância verbal estão em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) Os direitos humanos tem sido violado sistematicamente ao longo da história, por isso cabe ao mundo atual reflexões para mudar esse cenário.
- (B) No verão de 2014, despertou-me a atenção os acontecimentos trágicos na pequena localidade de Ferguson, Missouri, e eles vêm aumentando.
- (C) Existe políticas discriminatórias e racistas, herdadas dos países que nos colonizaram, responsável por alimentar o desrespeito entre nós.
- (D) Os fatos recente envolvendo a morte de afro-americanos nos Estados Unidos mostra como estão arraigadas no mundo a violência e o ódio.
- (E) Ainda que aconteça a milhas de distância a violência contra os afro-americanos, espalham-se a todas as pessoas as dores inevitáveis dessa tragédia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13. Uma das vertentes teóricas, da qual Iamamoto (2021) faz parte, entende o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho. Mesmo nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, a exemplo do sociojurídico, a profissão é analisada a partir das suas condições históricas e considerada como partícipe do processo de produção de valor e de mais-valia ou de sua distribuição na sociedade capitalista. Atravessada por tensões e interesses de classes, a profissão situa-se, predominantemente, no campo político-ideológico, respondendo tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo

- (A) por intermédio de sua neutralidade intrínseca.
- (B) pela mediação de seu oposto.
- (C) por intervenção externa.
- (D) a partir de uma postura independente.
- (E) por meio de mecanismos internos.

14. Ao referir-se à literatura que trata das políticas sociais no Brasil, Guerra (2018) afirma que as elaborações teóricas do Serviço Social sobre o tema encontram-se influenciadas por uma racionalidade posta no/pelo processo de organização das relações sociais capitalistas e redundam em análises reducionistas sobre as questões sociais e suas resultantes: políticas sociais e funções estatais. Para a autora, tais publicações tem como características três tendências que as comprometem, em vista da predominância dos vetores “distributivista, moralista e politicista” que a direcionam. Afirma ainda que o eixo que articula tais vetores encontra sua unidade numa visão

- (A) sócio-histórica.
- (B) construtivista.
- (C) dialética.
- (D) abstrato-formal.
- (E) crítico-funcional.

15. Ao abordar a autonomia relativa do assistente social, Raichelis (2020) entende que o Serviço Social incorpora algumas características das profissões liberais. No entanto, ao mesmo tempo em que as condições dadas pelo empregador institucional condicionam os resultados do trabalho, o assistente social é capaz de imprimir às atividades que desempenha, uma direção ético-política afinada com o projeto profissional. Afirma a autora que a legitimidade do Serviço Social é extraída da relação intrínseca com o campo da prestação de serviços sociais, públicos e privados, assentado na tríade que associa trabalho, profissão e

- (A) garantia financeira.
- (B) produção de conhecimento.
- (C) reconhecimento profissional.
- (D) alcance de resultados.
- (E) posição na organização.

16. A intervenção profissional dos assistentes sociais no Poder Judiciário, historicamente tem se dado em maior escala na Justiça Estadual. Em relação à essa atuação, um mapeamento realizado pelo Conjunto CFESS-CRESS aponta para as atribuições periciais e de assessoramento técnico aos magistrados, como atribuições de destaque do profissional. Trata-se da recorrência ao conhecimento da área do Serviço Social, cujo conteúdo é apresentado em instrumental próprio e que contribui para formar o processo, para subsidiar a ação sobre a qual o magistrado decide, denominada

- (A) averiguação *in loco*.
- (B) avaliação factual.
- (C) instrução social.
- (D) qualificação sociofamiliar.
- (E) apreciação probatória.

17. Reiteradas vezes o assistente social, inserido na equipe multiprofissional judiciária, é o profissional responsável pelo atendimento e estabelecimento de condutas em situações em que há suspeita de negligência. Na sua pesquisa sobre o tema, Berberian (2015) aponta a imprecisão conceitual e a errônea correlação imediata entre as situações de pobreza vividas pelas famílias e a caracterização da negligência, utilizada por parcela dos profissionais. Para além dos depoimentos que negam ou afirmam a presença de juízo de valores no atendimento profissional das situações de negligência, a autora constatou no discurso da maioria dos assistentes sociais entrevistados ausência de referências

- (A) pessoais.
- (B) estruturais.
- (C) às técnicas.
- (D) às circunstâncias.
- (E) à ética.

18. A *Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a Lei Alienação Parental* (2022), do CFESS, aponta que a referida Lei reforça a impositividade do Sistema de Justiça em relação aos preconceitos e opressões existentes no tratamento das mulheres-mães, tendendo a simplificar as “questões familiares” como questões privadas e de ordem individual. Entende o CFESS que as demandas colocadas pela LAP, ao assistente social, não coadunam com o projeto ético-político da profissão. O que o CFESS recomenda é uma análise contextualizada da família. Ainda de acordo com o CFESS, a contribuição do Serviço Social, em relação a essa demanda, é explicitar como as expressões da “questão social” perpassam e impactam as famílias e suas relações sociais, análise esta que se contrapõe frontalmente às perspectivas moralistas, patologizantes, punitivas e rompe com

- (A) a perspectiva intergeracional.
- (B) a tendência protecionista.
- (C) o paradigma crítico.
- (D) a lógica familista.
- (E) a vertente autonomista.

19. O que alguns juristas e cientistas sociais estão chamando de “judicialização dos conflitos sociais” ou, ainda, “judicialização da política”, traduz a tendência de transferir para um poder estatal, no caso do Judiciário, a responsabilidade de atendimento das demandas, no lugar de fortalecer a perspectiva de garantia de direitos positivados. Em se tratando do atendimento de crianças e adolescentes, Fávero (2020) afirma que a judicialização tem se intensificado, em detrimento da efetivação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), expressando-se basicamente em duas direções: pela busca individual do acesso a direitos fundamentais; por responsabilizações e punições de adolescentes, jovens e famílias, e, também, por

- (A) institucionalizações de crianças e adolescentes.
- (B) ampliação da tutela e superproteção infantil.
- (C) aproximações com teorias vanguardistas.
- (D) contemporização do trabalho infanto-juvenil.
- (E) modificações das regras de convívio familiar.

20. Em se tratando do exercício profissional nos casos de adoção, o assistente social intervém diretamente nessa processualidade. Atua junto às famílias de origem, com as crianças/adolescentes, nos processos para a tentativa de reintegração familiar e/ou destituição do poder familiar, nos processos de avaliação e preparo dos pretendentes e, diretamente, nos processos de adoção.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – art.46, § 4º), a fase do estágio de convivência com a criança ou adolescente, que precede a adoção, é acompanhada pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de

- (A) controle da participação e inclusão social.
- (B) garantia do direito à convivência familiar.
- (C) monitoramento dos postulantes.
- (D) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- (E) acolhimento institucional.

21. Além da previsão legal e da histórica atuação do assistente social nas demandas afetas às Varas da Família, especialmente nos casos altamente litigiosos, a esse profissional pode ser determinada a realização de avaliações biopsicossociais. A “avaliação psicossocial” é uma nomenclatura que foi apreendida pela Psicologia Social, particularmente na identificação de causas ou sintomas de ordem psíquica ou psicossomática, não remetendo ao trabalho interdisciplinar entre o Serviço Social e aquela área. Por sua vez, a perícia em Serviço Social não se equipara à terapia individual ou familiar. O entendimento do CFESS é de que a elaboração de perícia e laudo biopsicossocial não deve ser entendida como função, mas como demanda para a área de atuação em que, no seu interior, o assistente social é convocado a emitir opinião técnica

- (A) priorizando a melhor linha argumentativa.
- (B) em matéria de Serviço Social.
- (C) garantindo a hegemonia de sua análise.
- (D) coerente com as prerrogativas institucionais.
- (E) de teor terapêutico-emocional.

22. No Sistema Judiciário, o assistente social pode atuar também na qualidade de perito ou de assistente técnico. Nomeado pelo juiz responsável pela ação judicial, o perito deve assisti-lo quando a sua avaliação requerer conhecimento técnico ou científico. Já o assistente técnico é um profissional munido de um saber especializado, indicado e remunerado por uma das partes envolvidas na ação judicial, geralmente litigiosa. Perito social e assistente técnico devem atuar em consonância com as atribuições profissionais.

Em consonância com o Código de Ética, aos assistentes sociais, perito e assistente técnico, atuando no mesmo processo judicial mas, a serviço das partes, é possibilitado questionar o conteúdo do outro laudo

- (A) desde que expresse linha teórica contrária.
- (B) prevalecendo o mais próximo da verdade.
- (C) mesmo que penalizando ambas as partes.
- (D) sem apontar elementos conflituosos.
- (E) sem necessariamente adulterar resultados.

23. É vedado ao assistente social prestar informações ao Poder Judiciário sobre fatos de que tenha tomado conhecimento no exercício profissional, em razão da necessidade de se resguardar o sigilo profissional. Cabe ao assistente social prestar informações de natureza técnica, isto é, suas avaliações e conclusões mediante a perícia realizada.

Por tratar-se de informações de outra natureza, o Código de Ética (art. 20, a) veda ao assistente social prestar depoimento judicial na condição de

- (A) avaliador.
- (B) testemunha.
- (C) assistente técnico.
- (D) perito.
- (E) colaborador.

24. Entendida como modo de ser socialmente determinado, a ética tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social. Desse ponto de vista, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: ele é autor e produto de si mesmo, o que indica a historicidade de sua existência.

Conforme afirma Barroco (2015), enquanto a atividade vital dos animais é limitada, instintiva e imediata, a atividade humana se diferencia pelas mediações que estabelece, pois responde às carências de forma consciente, racional e projetiva, transformando os sentidos de modo livre e

- (A) determinado.
- (B) comprometido.
- (C) criativo.
- (D) complexo.
- (E) simplista.

25. A denúncia tem sido acionada coletivamente pelos assistentes sociais e usuários, de forma gradativa, desde a implantação do Código de Ética de 1993, evidenciando a ampliação da consciência ético-política do conjunto dos profissionais. No contexto de precarização da vida e do trabalho, os profissionais, em geral, temem a denúncia por razões de sobrevivência. Nesse aspecto, e em vista da baixa efetividade das ações individuais, a articulação das equipes de Serviço Social com outras profissionais, e com as suas entidades, é que pode fortalecer estratégias de enfrentamento coletivo.

Nessa perspectiva, o Código de Ética, ao versar sobre as relações com as instituições empregadoras e outras, define no seu artigo 8º como um dos deveres do Assistente Social:

- (A) valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter acordos coletivos em seu favor.
- (B) utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.
- (C) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto quanto à avaliação da conduta profissional, como quanto em relação às decisões das políticas institucionais.
- (D) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
- (E) participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade a produção de conhecimento.

26. O Estudo Social é, historicamente, a maior demanda de atribuição ao assistente social na área sociojurídica. É o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupo, a partir do qual cabe ao Serviço Social, emitir o Parecer Social. Como ação privativa, o Parecer Social é uma exposição sucinta, com enfoque na situação analisada, referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos do Serviço Social e uma finalização de caráter conclusivo ou

- (A) indicativo.
- (B) flexível.
- (C) parcial.
- (D) neutro.
- (E) tendencioso.

27. Ao discorrer sobre as perspectivas de elaboração do Estudo Social, as normativas do CFESS afirmam que, quando pautado em uma visão conservadora, o Estudo Social requer que o assistente social avalie aspectos e condutas com foco na individualidade e nas relações que os usuários estabelecem no campo interpessoal, colocando-se a serviço da vigilância e do disciplinamento de comportamentos, corroborando para a culpabilização e julgamentos morais. Quando realizado a partir de uma leitura de totalidade, fundamentado nos princípios que norteiam o projeto ético-político profissional, os documentos produzidos pelos assistentes sociais, derivados do Estudo Social, podem e devem servir também como uma forma de garantir

- (A) direitos à população.
- (B) eficácia em sua análise.
- (C) concordância legal.
- (D) qualidade de seu trabalho.
- (E) julgamento adequado.

28. Com a finalidade de subsidiar e documentar um auto processual, o Relatório Social deve apresentar o objeto de estudo, os sujeitos envolvidos e a finalidade à qual se destina. Utilizado amplamente no meio judiciário, o Laudo Social, como documento resultante do processo de perícia social, representa o registro das informações mais significativas do Estudo Social.

De acordo com Fávero (2018), o Laudo, contendo o Parecer do Serviço Social, é utilizado no processo judicial como mais um

- (A) componente de responsabilização.
- (B) critério de correção.
- (C) mecanismo de indução.
- (D) elemento de prova.
- (E) fator de ponderação.

29. As entrevistas individuais ou conjuntas, a observação, a visita domiciliar e a análise de documentos, constituem-se instrumentos que, articulados, permitem ao assistente social realizar o Estudo Social, base para a elaboração de um Laudo e emissão de um Parecer Social. Conforme publicações do CFESS que versam sobre o assunto, o Parecer nada mais é do que a opinião técnica sobre uma determinada situação social emitida por um assistente social ou por uma equipe de assistentes sociais.

No âmbito do Sistema Judiciário, o Parecer Social pode ser emitido também como manifestação a respeito de algum aspecto constante em processo

- (A) de respostas a quesitos.
- (B) já acompanhado pelo profissional.
- (C) simultâneo da mesma unidade familiar.
- (D) esclarecedor da verdade.
- (E) ainda que encerrado.

30. A perícia social recebe esta denominação por se tratar de estudo social e parecer cuja finalidade é subsidiar uma decisão, via de regra, judicial. Dependendo da solicitação, o assistente social nomeado perito poderá responder a quesitos, geralmente formulados pelo juízo e/ou pelas partes. Analisar criticamente o que se pede para que o profissional responda é essencial para a construção da resposta a ser formulada pelo perito, devendo fazê-lo, conforme destaca Fávero (In: CFESS/2014), sempre em consonância com as prerrogativas

- (A) socialmente previstas.
- (B) estabelecidas pelo juiz.
- (C) definidas em protocolos para julgamentos.
- (D) acordadas no planejamento.
- (E) específicas da profissão.

31. Fazer justiça não se reduz a requisições para a Assistência Social, e tampouco as seguranças sociais concebidas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não se realizam na órbita exclusiva dessa política. Ainda que no Judiciário ocorra uma maior incidência de requisições para a Assistência Social, por ser uma política pública transversal a todos os segmentos sociais, outras políticas sociais podem e devem fazer parte da ação para a garantia da proteção social. Em grande medida, as demandas postas ao Sistema de Justiça precedem de situações sociais que requerem forte empreendimento na proteção social básica do SUAS, nas condições de saúde, educação, habitabilidade, trabalho e renda.

É assim também com as situações de abandono, de violação de direitos, de infração ou de transgressão da lei, que requerem ações

- (A) imediatistas.
- (B) compensatórias.
- (C) articuladas.
- (D) solidárias.
- (E) neutras.

32. As políticas sociais, como resposta do Estado em sua função protetiva frente às diversas expressões da questão social, têm como responsabilidade anteciparem-se às situações de violação de direitos, assim como apoiar, acolher, cuidar dos cidadãos em situação de vulnerabilidade. O Poder Judiciário e o Sistema de Justiça têm o papel de aplicar as leis e as normativas, defender os direitos e se constituir em instância recursal. Conforme o princípio da 'incompletude institucional', pressupõe-se que deva haver uma forte interlocução do Sistema de Justiça com o SUS e o SUAS, que integram o sistema de proteção não contributiva. O mesmo deve ocorrer com outras políticas setoriais que compõem o conjunto de necessidades dos indivíduos, conforme concepção de Seguridade Social

- (A) Ampliada.
- (B) Condensada.
- (C) Tradicional.
- (D) Originária.
- (E) Setorizada.

33. Diante da expectativa de afirmar ou negar, com segurança, a ocorrência da violência sexual praticada contra a criança ou o adolescente, alguns profissionais apostam na inquirição da vítima. Recorrendo à diferenciação entre inquirir e ouvir, Azambuja (In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 115, 2013) defende a ação interdisciplinar, com ênfase à perícia realizada por profissionais de diversas áreas, como instrumento capaz de produzir a prova e de garantir a dignidade e o respeito à vítima. A autora afirma que, enquanto a inquirição renova o sofrimento da criança, sem garantir a credibilidade esperada pelo sistema criminal, a perícia, nos moldes propostos, possibilita conhecer a situação vivida pela criança e sua família, permitindo a busca

- (A) e redução do abuso de autoridade.
- (B) de medidas de proteção.
- (C) a efetivação da acusação.
- (D) do elemento demonstrativo do fato.
- (E) do enfrentamento necessário.

34. Os direitos das pessoas, em suas relações com a sociedade, são produtos de um processo histórico e dinâmico de conquistas e de consolidação de espaços emancipatórios. Esse processo tem como marcos situações de profunda transformação social e política, avanços esses ligados, também, a pautas definidas nacionalmente ou por acordos internacionais. Baptista (2012) afirma que, na concepção moderna desses direitos, se evidencia seu reconhecimento como efetivação de direitos naturais, mas, também, como efetivação daqueles instituídos pelos próprios homens, os direitos

- (A) transitórios.
- (B) prioritários.
- (C) difusos.
- (D) civis.
- (E) independentes.

35. O acolhimento institucional é medida protetiva que deve ter duração breve e ter como objetivo a proteção social, com vistas à reintegração familiar ou à integração à família substituta. Quando essas possibilidades são inviáveis, faz-se necessário o desenvolvimento de ações articuladas com a rede socioassistencial, que promovam o maior grau de autonomia possível àqueles que permanecerão institucionalizados e cujo desligamento institucional se realize de forma independente; para esse grupo há que ser desenvolvido um plano especial, diferenciado dos demais acolhidos que, segundo Goes (2021), priorize a inserção em projetos que tragam o maior desenvolvimento de habilidades e

- (A) igualdade.
- (B) acessibilidade.
- (C) resiliência.
- (D) responsabilidade.
- (E) consciência.

36. A Convenção dos Direitos da Criança estabeleceu direitos específicos para esse segmento, relacionados à sua proteção. Corroborando com tais previsões, o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 3º) determina que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. O parágrafo único desse artigo complementa: tais direitos aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Em sintonia com tais diretrizes, entre outras, o ECA incorporou como paradigma nuclear a doutrina da

- (A) redução de danos.
- (B) progressão penal.
- (C) proteção integral.
- (D) situação irregular.
- (E) superação da marginalidade.

37. A garantia de direitos, no âmbito da sociedade brasileira, é de responsabilidade de diferentes instituições que atuam de acordo com suas competências. Em se tratando do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, que o integram, devem exercer suas funções em rede, a partir de eixos estratégicos de ação. No SGD, as atividades jurisdicionais, organizacionais, processuais e procedimentais que permitem responsabilizar os autores de lesão ao direito e restaurar aos lesados o gozo pleno de seus direitos e de suas liberdades, desenvolvidas pelos órgãos do Sistema de Justiça, estão situadas no eixo

- (A) da defesa do direito.
- (B) da promoção do direito.
- (C) da instituição do direito.
- (D) do controle do direito.
- (E) da disseminação do direito.

38. O trabalho do assistente social junto ao Sistema de Justiça também se efetiva na interface com os entes que formam o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Por necessidade de resolver algum conflito de interesses, os órgãos que compõem o SGD recorrem ao universo jurídico; nesse sentido, a existência da lide e de um processo judicial é um demarcador quase que obrigatório para considerarmos que se está em face ou não do universo sociojurídico. Borgianni (In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 115, 2013) afirma tratar-se de uma esfera muito diferente daquela que é própria da execução das políticas sociais, que conta com a mediação dos benefícios socioassistenciais; a mediação nas situações e conflitos judicializados, via de regra, passa pelas suas

- (A) pendências.
- (B) verificações.
- (C) penalizações.
- (D) subjetividades.
- (E) interpretações.

39. A Lei nº 13.431/2017 normatiza o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência contra esse segmento. Em consonância com o art. 227 da Constituição Federal, a Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, a Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Nesse sentido, a citada Lei (art. 6º) determina que a criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência têm direito a pleitear, contra o autor da violência, por meio de seu representante legal, medidas

- (A) punitivas.
- (B) conciliadoras.
- (C) coerentes.
- (D) protetivas.
- (E) responsáveis.

40. Reiteradas vezes os episódios de violência contra a criança e ao adolescente são praticados por pessoa do convívio próximo da vítima. De acordo com a Lei nº 13.431/2017, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada, perante órgão da rede de proteção. Já o depoimento especial é procedimento de oitiva perante a autoridade policial ou judiciária, regido por protocolos interinstitucionais e, “sempre que possível”, realizado “uma única vez”, em égide cautelar de “produção antecipada de prova judicial”, quando a criança ou adolescente tiver menos de sete anos, ou em caso de violência

- (A) autoinfligida.
- (B) institucional.
- (C) psicológica.
- (D) física.
- (E) sexual.

41. A regulamentação da execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, assim como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, são previstos na Lei nº 12.594/2012. O SINASE é coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais, responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente.

Conforme determina a citada Lei (art.12), a composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com

- (A) o estatuto do município.
- (B) as normas de referência.
- (C) os critérios de gestão.
- (D) os padrões judiciais.
- (E) a anuência do conselho.

42. Verificada a prática de ato infracional, poderão ser aplicadas ao adolescente as medidas de advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional. Em se tratando dos programas de privação de liberdade (semiliberdade e internação), o SINASE estabelece distintos requisitos para a inscrição dos municípios/entidades executoras nesses programas.

Para o exercício da função de dirigente de programa, a Lei nº 12.594/12 (art.17, III) determina que, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário

- (A) reputação ilibada.
- (B) experiência comprovada de 3 anos.
- (C) capacidade empática.
- (D) sigilo permanente.
- (E) dedicação exclusiva.

43. Os adolescentes que praticam algum ato infracional causam grande perplexidade em parte da sociedade, o que tem provocado, em vez da ampliação de investimentos sociais para efetivação de direitos que lhes cabem, a eles são direcionados projetos de lei visando a redução da maioridade penal, a ampliação da responsabilização e da punição e o encarceramento. O ECA dedica especial atenção às garantias processuais ao adolescente, determinando a não privação de sua liberdade sem o devido processo legal, lhe assegurando: o pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional; a igualdade na relação processual; a defesa técnica por advogado; assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados; direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; e o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em
- (A) situações de adoecimento.
 - (B) casos de maus-tratos.
 - (C) qualquer fase do procedimento.
 - (D) audiências concentradas.
 - (E) atividades de socialização.
44. Historicamente, a ausência de uma política pública e a escassez dos serviços para o atendimento de mulheres em situação de violência, provocavam uma dinâmica tal que, em busca de ajuda, a mulher vítima registrava a denúncia, seguida de desistência e retornos, num movimento contínuo definido como “ciclo da violência doméstica”. A Lei Maria da Penha criminalizou essa violência, responsabilizou e regulamentou a presença do Estado no espaço privado. A referida lei obstaculiza a “retirada da queixa” na medida em que determina (art. 16) que, nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o
- (A) ministério público.
 - (B) assistente social judiciário.
 - (C) agressor.
 - (D) juiz.
 - (E) conselho da mulher.
45. A partir de 1988, mulheres brasileiras, negras e brancas, depois de muitas lutas sociais e organização política, conquistaram igualdade de direitos políticos e civis em relação aos homens, na nova Constituição Federal. Acquaviva (2020), ao discorrer sobre as relações de gênero, moralidades e violência doméstica e familiar, afirma que os direitos conquistados são importantes, no entanto, sua concretização depende de uma maturidade histórica e ética em que as relações de poder entre os gêneros sejam redimensionadas, também no interior das classes, assim como as discriminações raciais e étnicas sejam reconhecidas nas suas dimensões estruturais, institucionais e
- (A) finalísticas.
 - (B) intencionais.
 - (C) interpessoais.
 - (D) complementares.
 - (E) adicionais.
46. A violência contra as mulheres constitui uma expressão da relação de desigualdade entre homens e mulheres. É uma violência baseada na afirmação da superioridade de um sexo sobre o outro, nomeadamente, dos homens sobre as mulheres. Trata-se de um fenômeno que afeta toda a sociedade, devendo ser considerado o contexto social em que esses atos de violência ocorrem. A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) define como formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral.
- De acordo com o artigo art. 7º (V) da referida lei, a violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou
- (A) desrespeito.
 - (B) humilhação.
 - (C) discriminação.
 - (D) ameaça.
 - (E) injúria.

47. As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha podem ser deferidas de forma autônoma, apenas com base na palavra da vítima. Por isso, ao versar sobre a violência de gênero e as questões de direito processual, o *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), qualifica como de inquestionável importância as declarações da mulher vítima como meio de prova. O peso probatório diferenciado legitima-se pela vulnerabilidade e hipossuficiência da ofendida na relação jurídica processual, qualificando-se a atividade jurisdicional, desenvolvida nesses moldes, como imparcial e de acordo com o aspecto material do princípio da

- (A) civilidade.
- (B) oportunidade.
- (C) seletividade.
- (D) igualdade.
- (E) idoneidade.

48. O modelo conciliatório para a solução de conflitos em causas cíveis é uma ação jurídica prevista legal e normativamente, realizada por meio de sessões pré-processuais nas unidades judiciárias. De acordo com Nader (In: Parizotto, 2018), há uma relação entre essa mediação e a cultura em torno da apologia à harmonia; por sua vez, evidencia a omissão do Estado em relação à violência doméstica, sob a falsa dicotomia entre as esferas pública e privada da vida social. Ao problematizar a utilização da mediação de conflitos em processos cíveis relacionados a essas situações, Parizotto entende que essa modalidade jurídica banaliza os crimes, não favorece a celeridade dos resultados, pode gerar outros riscos às mulheres, legitima as desigualdades vigentes e implica a dissolução

- (A) das uniões estáveis.
- (B) de projetos comuns.
- (C) de acordos preestabelecidos.
- (D) das figuras de vítima e réu.
- (E) de qualquer possibilidade de conciliação.

49. A velhice é vista como uma ameaça que paira sobre todos os homens, independentemente do lugar que ocupam no processo produtivo. São recorrentes o abandono e o isolamento de pessoas idosas provocados pela ausência dos familiares, que não prestam a devida atenção, contrariando o Estatuto da Pessoa Idosa.

Diante desse contexto, determina o Estatuto (art. 9º) a obrigação do Estado em garantir a proteção à vida e à saúde da pessoa idosa, que permita um envelhecimento saudável e em condições de dignidade, mediante efetivação de

- (A) acolhimento institucional permanente.
- (B) políticas sociais públicas.
- (C) ações de caráter humanitário.
- (D) programas de inserção laboral.
- (E) estratégias empreendedoras.

50. O envelhecimento populacional é uma realidade que vem se consolidando em todo o mundo, inclusive no Brasil; o aumento da expectativa de vida e as mudanças nos padrões demográficos exigem uma revisão das políticas e práticas de atendimento à pessoa idosa, destacando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e integrada. Nesse contexto, o papel do assistente social ganha ainda mais relevância, pois ele é um profissional qualificado para lidar com a questão social e promover a justiça social.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (art. 44), as medidas para sua proteção levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, podendo ser aplicadas isolada ou

- (A) cumulativamente.
- (B) ordinariamente.
- (C) secundariamente.
- (D) genericamente.
- (E) compulsoriamente.

51. Uma das concepções de família, em evidência no campo da proteção social, está situada na abordagem estrutural funcionalista que pauta a família a partir do casamento e da complementariedade de papéis. Nessa linha, a família, por meio do cumprimento de suas funções, estaria junto com outras instituições sustentando a harmonia e a coesão social. Os processos familiares são compreendidos e tratados no âmbito da própria família, desvinculando-a das bases materiais de produção da sociedade capitalista. Saraceno (In: Mioto, 2020) aponta que essa concepção é responsável pelo pensamento hegemônico vigente na sociedade de pensar as relações da família com o trabalho e a economia apenas através do consumo ou da privação de recursos nas famílias pobres.

Por esse prisma, tal privação é interpretada como empecilho para o pleno desenvolvimento de sua dimensão relacional e

- (A) contextualizada.
- (B) socializadora.
- (C) humanizadora.
- (D) conflituosa.
- (E) ideológica.

52. É correto afirmar tanto o caráter histórico da família como a sua diversidade nas formas de conviver. Tais formas vão se transformando em sincronia com as transformações que ocorrem no conjunto da sociedade. A família contemporânea emerge na segunda metade do século vinte em meio às transformações tecnológicas, do mundo do trabalho, da economia e da cultura.

De acordo com Mioto (2020), as transformações da família nos últimos cinquenta anos daquele século tornam visíveis mudanças importantes como: as relações entre os sujeitos que a compõem, o raio e a natureza das relações fora dela, além da interação dos diversos sujeitos nos processos sociais e institucionais, caracterizando-se também pela presença cada vez mais reconhecida de

- (A) sua semelhança atemporal.
- (B) seus idênticos compromissos.
- (C) suas similaridades ocasionais.
- (D) suas diversas dificuldades.
- (E) suas diferentes composições.

53. A base de uma sociedade de classes não é a família, mas é seu modo de produção e reprodução das relações sociais, cuja dinâmica precisa contar com elas. Se ao longo da história as famílias sempre cumpriram um papel na proteção e no cuidado dos seus membros, a processualidade histórica impôs limites ao cumprimento apenas dessas tarefas, diante da particularidade do sistema do capital, modificando-as profundamente.

Diante da perspectiva de que a família foi construída por homens e mediada pela práxis humana entre mundo material e gênero humano, é correto afirmar ser possível captar as mediações que explicam os fundamentos da família e de sua particularidade a partir da categoria que determinou, ao longo da história, as relações sociais entre os indivíduos, qual seja,

- (A) a convivência.
- (B) a sexualidade.
- (C) o trabalho.
- (D) a procriação.
- (E) o afeto.

54. O gênero é uma categoria estruturante da sociedade, do mesmo modo que classe, raça e etnia o são. Baseada nas reflexões de Saffioti e Almeida, sobre as relações de gênero, Acquaviva(2020) afirma que mesmo havendo transformações políticas e econômicas, a tese da inferiorização das mulheres, baseada na afirmação da superioridade masculina, é constitutiva das relações sociais desde sempre.

Nessa perspectiva, afirma que, para além das relações de intimidade e familiares, permanecem os fios condutores da violência de gênero praticada contra as mulheres nas diferentes esferas da vida. Violência e suas expressões são constitutivas de uma trama, na medida em que a dominação e a exploração de homens sobre as mulheres, no que se refere ao gênero, atuam como

- (A) consenso histórico.
- (B) condicionante cultural.
- (C) imposição circunstancial.
- (D) determinante político.
- (E) justificativa situacional.

55. Ao definir o critério da autodeclaração, a *Nota Técnica do CFESS sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia* alerta para a possibilidade de resistência ou de equívoco do usuário em relação à autoclassificação, muitas vezes por não compreender a base de formulação das categorias e sua historicidade. Destaca a referida Nota Técnica que a recusa reiterada de introdução da coleta do quesito raça/cor/etnia no âmbito das organizações, a atribuição da classificação, a partir da percepção dos profissionais, e a desqualificação da informação no momento da pergunta são típicas expressões

- (A) do racismo institucional.
- (B) de preservação da imagem.
- (C) da democracia reversa.
- (D) do preconceito natural.
- (E) de respeito à privacidade.

56. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (art.194, parágrafo único, inciso I), compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social, definindo como objetivo, em relação à cobertura e ao atendimento, a

- (A) responsabilização.
- (B) redutibilidade.
- (C) centralidade.
- (D) padronização.
- (E) universalidade.

57. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS e CREAS) são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. Enquanto o CRAS está voltado para o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade, o CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou

- (A) incapacidade laboral.
- (B) contingência.
- (C) hipossuficiência material.
- (D) desvantagem.
- (E) insegurança alimentar.

58. Ao situar a Política Social no Brasil contemporâneo, entre a inovação e o conservadorismo, Bhering e Boschetti (2006) afirmam que a Assistência Social é a política que mais vem sofrendo para se materializar e para superar algumas características históricas, tais como redução e residualidade na abrangência, reforço do caráter filantrópico, programas de caráter compensatório, entre outras.

Para as autoras, embora o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) represente um avanço, como sistema descentralizado e participativo, há um retorno à família e às organizações sem fins lucrativos, em substituição à política pública, apontando como uma das justificativas a forte influência na concepção do SUAS da perspectiva

- (A) sócio-histórica.
- (B) teórico-crítica.
- (C) da liberdade.
- (D) da integração social.
- (E) da transformação social.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

59. Vários movimentos sociais e instituições ligadas à reforma psiquiátrica se manifestaram contra o Projeto de Lei nº 551/2024 que foi pautado, em regime de urgência, no Congresso Nacional, no dia 10 de dezembro de 2024.

(gov.br. Disponível em: <https://shre.ink/bXh5>. Acesso em 12.01.2024. Adaptado)

Entre outras causas, é correto afirmar que as entidades condenam

- (A) a prática garantida pela Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que pessoas em sofrimento psíquico em conflito com a lei devem ser tratadas no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (Raps).
- (B) as propostas que determinam que a assistência psicológica, médica e social dos pacientes se faça em centros de acolhimento para tratamento não hospitalar.
- (C) a obrigatoriedade de internação compulsória de pessoas que estiverem cumprindo pena ou medida de segurança e deixam a cargo exclusivo do médico a avaliação da periculosidade do sujeito.
- (D) o fechamento gradual de manicômios e hospícios, sendo substituídos por Centros de Atenção Psicossocial, espaços de acolhimento que farão assistência psicológica, médica e social.
- (E) a supressão do artigo 9º, da Lei nº 10.216/2001, que prevê dois tipos de internação psiquiátrica: a voluntária, a pedido do paciente, e a compulsória determinada por uma junta médica.

60. Em 26 de novembro de 2024, com 35 votos favoráveis, a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 164/2012 (PEC 164/2012). A proposta “Estabelece a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, o que impossibilitaria o direito ao aborto nos três casos permitidos pela lei.

(EBC. Disponível em: <https://shre.ink/bXhH>. Acesso em 123.01.2025. Adaptado)

Os casos permitidos atualmente são os seguintes:

- (A) risco de morte materna; gestação decorrente de estupro; depois do período perinatal.
 - (B) depois do período perinatal; gestação decorrente de estupro; uso continuado de drogas pela gestante.
 - (C) risco de morte materna; depois do período perinatal; anencefalia do feto.
 - (D) risco de morte materna; uso habitual de drogas pela gestante; anencefalia do feto.
 - (E) risco de morte materna; gestação decorrente de estupro; anencefalia do feto.
61. Considere que Débora, servidora pública, ocupa o cargo de assistente social no Poder Executivo do Estado de São Paulo há dez anos, juntamente com suas amigas Isabela e Inês. Na última segunda-feira, enquanto estava exercendo suas funções, notou que Isabela estava empregando material do serviço público em serviço particular, e Inês estava se entretendo, durante as horas de trabalho, com leituras e outras atividades estranhas ao serviço.
- Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) Débora deverá apresentar denúncias sobre as irregularidades diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculada, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração das irregularidades.
 - (B) a conduta de Isabela não será considerada proibida se o material utilizado por ela custar menos do que um salário mínimo.
 - (C) em prol da saúde mental, admite-se que cada funcionário, durante uma hora do trabalho, entretenha-se com leituras, palestras ou estudos.
 - (D) Débora teria o dever de representar aos superiores todas as irregularidades de que tivesse conhecimento no exercício de suas funções apenas se fosse ocupante de cargo de chefia.
 - (E) as condutas de Isabela e de Inês não são proibidas, exceto se Débora comprovar que Isabela utilizou material que custa mais de R\$ 100,00 (cem reais) e que Inês não está cumprindo os prazos que lhe são encarregados.

62. Suponha que Mariluz, servidora pública do Estado de São Paulo, há 17 (dezesete) dias consecutivos não comparece ao trabalho e não apresentou qualquer causa justificável para tal conduta. Há boatos de que ela resolveu estender as férias e continuar no exterior por mais 30 (trinta) dias.

Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) uma vez caracterizado o ilícito administrativo de inassiduidade, a Mariluz será aplicada a pena de demissão, e o ato que demitir a funcionária mencionará sempre a disposição legal em que se fundamenta.
 - (B) caso Mariluz comprove que sua ausência não afetou o trabalho, a ela deverá ser aplicada a penalidade de advertência, que prescreve em 2 (dois) anos.
 - (C) para a configuração do ilícito administrativo cometido por Mariluz, não serão computados os sábados e os domingos subsequentes à primeira falta.
 - (D) a conduta de Mariluz não caracteriza ainda inassiduidade, pois, para tanto, é preciso que a ausência seja superior a 20 (vinte) dias consecutivos.
 - (E) se Mariluz tiver bons antecedentes profissionais, sem o registro de qualquer falta nos últimos cinco anos, a ausência dela poderá ser perdoada por seu chefe imediato.
63. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).
- (A) As disposições da Lei nº 8.429/1992 são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosa ou culposamente para a prática do ato de improbidade.
 - (B) Em face de disposição expressa, aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei nº 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
 - (C) Dolo é a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos da Lei, mas, em face da supremacia do interesse público, é suficiente a voluntariedade do agente.
 - (D) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Tribunal de Contas competente, para as providências necessárias, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (E) As sanções da Lei nº 8.429/1992 se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

64. Em um documento do Microsoft Word 365, em sua configuração original, um usuário digitou uma palavra sem nenhuma formatação na primeira linha. Em seguida, ele digitou uma palavra na segunda linha e a formatou em negrito. Depois, digitou uma palavra na terceira linha em itálico. Todas as palavras das linhas 1 a 3 foram digitadas com todas as letras em minúsculo. Na sequência, o usuário digitou uma palavra na quarta linha, com todas as letras em maiúsculo e sem formatação.

Assinale a alternativa que apresenta o resultado obtido quando o usuário seleciona apenas a palavra da primeira linha, clica sobre o Pincel de Formatação, ativando-o, e, em seguida, seleciona as linhas 2, 3 e 4.

- (A) A formatação das palavras das linhas 2 e 3 não são alteradas e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.
- (B) A palavra da linha 1 fica formatada em negrito e itálico, com todas as letras em maiúsculo.
- (C) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.
- (D) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 se mantém formatada com as letras em maiúsculas.
- (E) Nada acontece, porque o Pincel de Formatação copia apenas texto com alguma formatação.

65. Observe a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão.

	A
1	3
2	7
3	5
4	6
5	4
6	5

As células de A1 até A5 contêm números inteiros, sem nenhuma fórmula. A célula A6 contém a fórmula =CONT.NÚM(A1:A5).

Considere que o usuário executa as seguintes ações:

- I. apaga o conteúdo da célula A1, selecionando-a e pressionando a tecla DEL;
- II. altera o conteúdo da célula A3 para a letra A;
- III. altera o conteúdo da célula A4 para o número 0;
- IV. altera o conteúdo da célula A5 para o número -1.

Assinale a alternativa com o resultado a ser exibido na célula A6 quando o usuário executa essas ações.

- (A) 3
- (B) 1
- (C) 2
- (D) #ERRO
- (E) 4

66. João organizou uma reunião virtual não recorrente com Paula e Ricardo por meio do Microsoft Teams. No horário agendado, apenas João e Paula se conectaram. Durante a reunião, João convidou Pedro para participar, e este aceitou o convite e se conectou. Depois disso, João compartilhou informações através do chat da reunião. Finalmente, João, Paula e Pedro se desconectaram, finalizando assim a reunião.

Considerando que todos possuem a mesma versão do Microsoft Teams, em sua configuração original, que todos estão dentro da mesma organização e que todos usam desktop, assinale a alternativa que indica quem terá acesso às informações do chat da reunião imediatamente após ela ter sido finalizada.

- (A) João, Paula e Pedro, apenas.
- (B) João e Paula, apenas.
- (C) João, Paula, Pedro e Ricardo, apenas.
- (D) João, apenas.
- (E) Todas as pessoas da organização.

67. Considere a seguinte afirmação:

- Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria são administradores ou são advogados.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Em determinada empresa, existe profissional da diretoria que é administrador se, e somente se, é advogado.
- (B) Em determinada empresa, nenhum dos profissionais da diretoria é administrador e advogado.
- (C) Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria são administradores se, e somente se, são advogados.
- (D) Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria não são administradores e não são advogados.
- (E) Em determinada empresa, existe profissional da diretoria que não é administrador e não é advogado.

68. A sequência apresentada a seguir foi elaborada com um único padrão:

a, a, b, b, b, c, c, c, c, d, d, d, d, d,
e, e, f, f, f, f, f, f, g, g, g, g, g, g,
h, h, h, h, h, h, h, h, i, i, j, j, j, j, j, j, j, j, k, ...

Sabendo-se que o primeiro elemento da sequência é a letra *a*, a posição da terceira ocorrência da letra *p*, na sequência, é

- (A) 124^a .
- (B) 99^a .
- (C) 131^a .
- (D) 92^a .
- (E) 155^a .

69. No início de uma segunda-feira, havia certa quantidade de processos para serem analisados em duas gavetas, A e B, e, durante esse dia, foram analisados 20% do número total de processos, sendo que os demais foram deixados para os outros dias da semana.

No início do expediente do dia seguinte, na gaveta A, havia 12 processos a mais do que na gaveta B, e, durante o expediente dessa terça-feira, 10 processos que estavam na gaveta A e 8 que estavam na gaveta B foram analisados, de maneira que, no final desse dia, a razão entre os números de processos que ainda restavam nas gavetas A e B era 16/23.

O número total de processos que estavam inicialmente nas gavetas A e B no começo da segunda-feira era igual a

- (A) 95.
- (B) 115.
- (C) 105.
- (D) 120.
- (E) 110.

70. De acordo com informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município brasileiro com a menor extensão territorial é Santa Cruz de Minas, localizado no Estado de Minas Gerais, com 3,565 km². Se, por algum motivo, for necessária a representação dessa extensão territorial na unidade metros quadrados, a correta escrita é

- (A) 3565000 m².
- (B) 35650000 m².
- (C) 356500 m².
- (D) 35650 m².
- (E) 3565 m².

PCI Concursos



TJSP2405



03002001



3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA DISCURSIVA**ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO**

- ◆ Você recebeu este caderno contendo um estudo de caso.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Assine apenas no local indicado na capa; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova objetiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

USO EXCLUSIVO DO FISCAL**AUSENTE**☐

Assinatura do candidato



TJSP2405



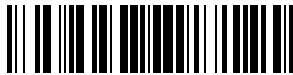
03002002

PCI Concursos

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

Confidencial até o momento da aplicação.

www.pciconcursos.com.br



TJSP2405



03002003

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA DISCURSIVA

ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO

PCI Concursos

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



TJSP2405



03002004

PCI Concursos

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TJSP2405



03002005

ESTUDO DE CASO

PHB, 38 anos, divorciado, pai de 2 filhos, cuja mãe é sua ex-esposa (MLM); é técnico de informática, trabalha em uma grande empresa e assumiu a pensão alimentícia designada pelo juiz na ocasião da separação do casal.

A respeito da guarda das crianças, convencionou-se, também por ordem judicial, que as visitas seriam quinzenais, alternadas entre os genitores e a guarda sob a responsabilidade de MLM.

Ocorre que, decorridos seis meses da execução da ordem judicial, MLM observou grande mudança no comportamento dos filhos, demonstrando, quando da volta do fim de semana com o pai, uma atitude agressiva para com ela. Esse fato passou a ser continuado.

MLM decide então procurar a Vara da Infância e da Juventude, para apoio judicial, na apuração dos fatos, dado que seus filhos se recusavam então a residir consigo.

De imediato sua intenção é a internação das crianças.

No entanto, a orientação do Juiz é que há ações anteriores a serem executadas, antes da tomada de uma decisão. Nesse sentido, há que se providenciar a revisão da guarda para fundamentar o encaminhamento do caso em busca do atendimento do melhor interesse das crianças.

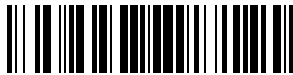
Para tanto, o Juiz encaminha o assunto ao Assistente Social, solicitando avaliação da situação.

A partir da Lei nº 13.058/2014 (no que concerne a guarda compartilhada), das orientações do CFESS contidas na publicação *Atuação de assistentes sociais no sociojurídico*: subsídios para reflexão, e das prescrições contidas na Lei nº 8.662/1993 (art. 5º, IV), referentes às atribuições privativas do Assistente Social, para a realização da avaliação solicitada pelo magistrado, indique e discorra, detalhadamente, a respeito de:

- a) Prescrições legais sobre a guarda unilateral relacionadas à situação relatada pela genitora.
- b) Dois (2) objetivos da intervenção do Assistente Social.
- c) Duas (2) atribuições privativas a serem adotadas pelo Assistente Social para o atendimento à demanda judicial.

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TJSP2405



03002007

ESTUDO DE CASO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

Item (c)

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

PCI Concursos

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA



Resposta definitiva

Item (a)

Item (b)

EM HIPÓTESE ALGUMA EScreva NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TJSP2405



03002009

ESTUDO DE CASO

Resposta definitiva

Item (c)

EM HIPÓTESE ALGUMA EScreva NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO EScreva NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TJSP2405



03002010

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

PCI Concursos

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TJSP2405



03002011

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

PCI Concursos

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TJSP2405



03002012

PCI Concursos